

## Sumário

*Eram 09 horas e 05 minutos quando, após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta.*

**Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.)** – *Iniciou-se com uma Declaração Política, apresentada pelo Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV), sobre os problemas do início do ano lectivo 2018/2019, que ainda não foram resolvidos.*

*No período de esclarecimentos, além do referido Deputado, usaram da palavra os Srs. Deputados Celeste Fonseca (MPD), Ana Paula Moeda (PAICV), Emanuel Lopes (MPD), Nilda Fernandes (PAICV), Anilda Tavares (MPD), Dália Benholiel (MPD) e Dora Pires (UCID).*

*Considerando-se ofendida com os esclarecimentos prestados pelo Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV), a Sra. Deputada Anilda Tavares (MPD) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento, tendo o primeiro reagido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.*

*Seguidamente, o Sr. Deputado da UCID, António Monteiro, apresentou uma Declaração Política sobre a reposição da justiça a cidadãos que lutaram pela independência, na clandestinidade.*

*No período de esclarecimentos, usaram da palavra, além do próprio Deputado, os Srs. Deputados João Gomes (MPD) e Rui Semedo (PAICV), Armindo da Luz (MPD), Carlos Monteiro (MPD), Damião Medina (MPD), Francisco Correia (MPD), Júlio Correia (PAICV) e Emanuel Barbosa (MPD).*

*Sentindo-se ofendido pelo Sr. Deputado Carlos Monteiro (MPD), o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo o primeiro respondido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.*

*Seguidamente, continuou-se com o P.Q.G.D.P., tendo a Sra. Deputada Denise Évora (PAICV) feito uma intervenção sobre a falta de condições na Escola Secundária da Boa Vista, solicitando ao Governo a retoma das obras de melhoria daquele estabelecimento de ensino; a necessidade de construção da estrada para a Zona Norte para permitir o escoamento de produtos agrícolas para a vila por parte da população local e pediu a implementação do sistema de videovigilância na ilha para a garantia da segurança às populações e aos turistas.*

*O Sr. Deputado João Gomes (MPD), na sua intervenção, começou por homenagear Abílio Francisco Silva e Djack Monteiro, falecidos recentemente, pelo contributo que deram no domínio empresarial e cultural, respectivamente. Seguidamente, falou de um conjunto de acções levadas a cabo na ilha de São Vicente nos sectores da Saúde, concretamente no Hospital Baptista de Sousa, da infra-estruturação tecnológica, das estradas de circulação, da hotelaria e da Cultura.*

*O Sr. Deputado Adilson Cruz (PAICV) interveio sobre a falta de acções do actual Governo na localidade de Pedra do Lume, ilha do Sal, bem como o encerramento da Escola daquela localidade, tendo solicitado a reabertura desse estabelecimento de ensino por parte das autoridades.*

*Já o Sr. Deputado Francisco Correia (MPD) interveio para subscrever o pedido de reabertura da Escola de Pedra de Lume. Por outro lado, rebateu a crítica de que a referida localidade não tem recebido atenção do actual Governo, tendo elencado um conjunto de intervenções levadas a cabo na referida localidade.*

*Na sua intervenção, a Deputada Georgina Gemiê (MPD) também concordou com o pedido de reabertura da Escola de Pedra de Lume, tendo, porém, discordado da ideia de que a referida localidade foi esquecida pelo actual Executivo. Na sequência, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) fez uma interpelação à Mesa.*

*Depois, o Sr. Deputado David Lima Gomes (MPD) fez uma intervenção para falar das implicações, junto da população da ilha da Brava, da mudança, por poucos dias, do itinerário do Navio Kriola por parte da Empresa Cabo Verde Fast Ferry e das medidas já adoptadas pelo actual Governo para melhorar a situação de ligações marítimas para a ilha. Sobre este mesmo assunto, o Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID) prestou esclarecimentos.*

A Sra. Deputada Dália Benholiel (MPD) interveio sobre as obras de requalificação em curso na ilha da Boa Vista e as suas implicações no bem-estar social, melhoramento das condições de saneamento, acessibilidade, energia, água e no sector turístico.

O Sr. Deputado João dos Santos Luís (UCID), na sua intervenção, levantou a questão do processo de reforma dos trabalhadores marítimos e os dos transportes públicos em São Vicente; da cobrança de taxas aos condutores de hiacés de Santiago e da resolução do problema da lixeira, a céu aberto, na ilha.

O Sr. Deputado Júlio Correia (PAICV) fez uma intervenção quanto à questão dos transportes marítimos para a ilha da Brava.

Para responder às questões suscitadas durante o P.Q.G.D.P., em relação ao sector da Educação, usou da palavra o Sr. Secretário de Estado da Educação (Amadeu Cruz), em substituição da Sra. Ministra da Educação e Ministra da Família e Inclusão Social (Maritza Rosabal).

Seguidamente, ainda sobre este sector, intervieram, para além do referido Secretário de Estado, os Srs. Deputados José Manuel Sanches (PAICV), Dora Oriana Pires (UCID), Ana Paula Moeda (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD) e Nilda Fernandes (PAICV).

**Período da Ordem do Dia (P.O.D.)** – Iniciou-se com a aprovação de um Projecto de Resolução, que cria uma Comissão Eventual de Redacção, apresentado pelo Sr. Secretário da Mesa, Miguel Monteiro, que foi aprovada.

A reunião plenária prosseguiu-se com o Ponto IV da Ordem do Dia – Aprovação de Propostas de Lei.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades e Ministro da Defesa (Luís Filipe Tavares) fez a apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para legislar sobre o Regulamento de Disciplina Militar.

A Sra. Deputada Vera Almeida (PAICV) fez a apresentação do relatório-parecer da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

Durante a discussão, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Correia (MPD), Vera Almeida (PAICV), João dos Santos Luís (UCID), Odailson Bandeira (PAICV), Hélio Sanches (MPD), António Monteiro (UCID), Joana Rosa (MPD) e Rui Semedo (PAICV).

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 46 minuto, tendo sido retomada às 14 horas e 43 minutos, com a continuação da discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para legislar sobre o Regulamento de Disciplina Militar.

No seguimento do debate, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Correia (MPD), Joana Rosa (MPD), Rui Semedo (PAICV), Júlio Correia (PAICV) e João Gomes (MPD), além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa.

O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa.

Submetida à votação, na generalidade, a Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para legislar sobre o Regulamento de Disciplina Militar foi aprovada pela unanimidade dos 45 Deputados presentes, sendo 28 do MPD, 14 do PAICV e 3 da UCID.

Seguidamente, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional apresentou, na especialidade, os quatro artigos da referida proposta de lei, tendo os mesmos sido aprovados sem quaisquer alterações.

A seguir, a Sra. Ministra da Justiça e Trabalho (Janine Lélis) procedeu à apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para se proceder à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 1/2008, de 18 de Agosto, que aprova a Orgânica da Polícia Judiciária.

O Sr. Deputado Luís Alves (MPD) procedeu à leitura da parte conclusiva do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

*No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, para além da Sra. Ministra da Justiça e Trabalho, os Srs. Deputados Hélio Sanches (MPD), Rui Semedo (PAICV), João Baptista Pereira (PAICV), Joana Rosa (MPD), António Monteiro (UCID) e Rui Figueiredo Soares (MPD).*

*O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) que fez um Pronunciamento sobre a matéria em discussão, solicitando ao Governo que suspendesse para um momento mais oportuno a iniciativa legislativa proposta.*

*Neste sentido, a Sra. Ministra da Justiça e Trabalho fez também um pronunciamento, aceitando a proposta do Deputado do PAICV, reforçado, seguidamente, pelas intervenções dos Srs. Deputados Hélio Sanches (MPD) e Joana Rosa (MPD).*

*De seguida, o Sr. Presidente anunciou o Ponto V da Ordem do Dia – Aprovação de Propostas de Resolução, com a leitura da Proposta de Resolução que determina uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o processo de concessão de exploração do serviço público de transportes marítimos inter-ilhas, pelo Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro).*

*Foram aprovados, sem quaisquer alterações, os artigos de 1º a 9º da referida Proposta de Resolução. Participaram da discussão do artigo 6º os Srs. Deputados João dos Santos Luís (UCID), Rui Semedo (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), António Monteiro (UCID), Carlos Monteiro (MPD) e Austelino Correia (MPD), a propósito da constituição da referida comissão parlamentar.*

*O Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) fez uma interpelação à Mesa.*

*O Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro) fez a leitura do Projecto de Resolução que aprova o modelo e as condições de emissão do cartão de identificação a atribuir aos trabalhadores e mandatários da ARC (Autoridade Reguladora de Comunicação Social), tendo sido aprovados os artigos de 1º a 5º.*

*O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa apresentou a Proposta de Resolução que aprova, para adesão, o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco.*

*O Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) fez a leitura, da parte conclusiva, do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades.*

*No período do debate, intervieram os Srs. Deputados José Manuel Soares (MPD), Ana Paula Moeda (PAICV), Celeste Fonseca (MPD), José Manuel Sanches (PAICV), além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa.*

*De seguida, procedeu-se à apresentação na especialidade, tendo sido aprovados os artigos 1º e 2º.*

*Deu-se continuidade ao P.O.D, com a apresentação da Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo de Sede entre o Governo da República de Cabo Verde e a Agência de Investigação de Acidentes do Grupo do Acordo de Banjul, feita pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa.*

*O Sr. Deputado José Manuel Soares (MPD) leu a parte conclusiva do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Saúde, Juventude, Desporto e Questões Sociais.*

*Os Srs. Deputados Francisco Correia (MPD), João dos Santos Luís (UCID), além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa, intervieram durante o período do debate.*

*De seguida, fez-se a apresentação na especialidade, tendo sido aprovados os artigos 1º e 2º.*

*O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa apresentou a Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Federação da Rússia sobre a entrada simplificada de navios de guerra da Federação da Rússia no mar territorial e águas interiores da República de Cabo Verde.*

*O Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) leu a parte conclusiva do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades.*

No período do debate, fizeram intervenções os Srs. Deputados João Baptista Pereira (PAICV), João Gomes (MPD), João dos Santos Luís (UCID), Vera Almeida (PAICV), além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa.

De seguida, procedeu-se à apresentação na especialidade, tendo sido aprovados os artigos 1º e 2º.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa fez a apresentação da Proposta de Resolução que aprova, para adesão, a Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira, concluída em Washington, em 2 de Dezembro, de 1946, bem como o Protocolo da Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira, concluído em Washington, em 19 de Novembro, de 1956.

O Sr. Deputado Carlos Monteiro (MPD) leu a parte conclusiva do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades.

Participaram no debate, os Srs. Deputados Fernando Frederico (PAICV), Moisés Borges (PAICV), Celeste Fonseca (MPD), João dos Santos Luís (UCID), João Baptista Pereira (PAICV), além do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comunidades e Ministro da Defesa.

Procedeu-se à apresentação na especialidade, tendo sido aprovados os artigos 1º e 2º.

De seguida, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º (votação à hora marcada) do Regimento da Assembleia Nacional foram submetidos à Votação Final Global os seguintes diplomas:

– Proposta de Lei que estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, locais abertos ao público e locais de trabalho dos serviços e organismos da Administração Pública central e local e das entidades privadas (com introdução de uma emenda ao texto, no n.º 10 do artigo 12º);

– Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal

– Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 78/VII/2010, de 30 de Agosto, que aprova o regime da execução da política criminal

– Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para legislar sobre o Regulamento de Disciplina Militar.

A Proposta de Lei que estabelece o regime de disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos, locais abertos ao público e locais de trabalho dos serviços e organismos da Administração Pública central e local e das entidades privadas foi aprovada, por unanimidade, com 53 votos a favor, sendo 35 do MPD, 15 do PAICV e 3 da UCID.

A Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de Julho, que aprova a Lei de Investigação Criminal foi aprovada, por unanimidade, com 53 votos a favor, sendo 35 do MPD, 15 do PAICV e 3 da UCID.

A Proposta de Lei que Proceda à primeira alteração à Lei n.º 78/VII/2010, de 30 de Agosto, que aprova o regime da execução da política criminal foi aprovada, por unanimidade, com 53 votos, sendo 35 do MPD, 15 do PAICV e 3 da UCID.

A Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para legislar sobre o Regulamento de Disciplina Militar foi aprovada, por unanimidade, com 53 votos a favor, sendo 35 do MPD, 15 do PAICV e 3 da UCID.

Após a apresentação de uma emenda ao texto da Proposta de Lei enviada pela Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado (1ª Comissão) e Comissão Especializada de Educação, Cultura, Saúde, Juventude, Desporto e Questões Sociais (5ª Comissão), pelo Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro), os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e Rui Figueiredo Soares (MPD) fizeram interpelações à Mesa.

Posteriormente, foram aprovadas, pela unanimidade dos 53 Deputados presentes, sendo 35 do MPD, 15 do PAICV e 3 da UCID, as seguintes Propostas de Resolução:

– Proposta de Resolução que aprova o modelo e as condições de emissão do Cartão de Identificação a atribuir aos trabalhadores e mandatários da ARC;

– Proposta de Resolução que aprova, para adesão, o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco;

Reunião Plenária de 15 de Março de 2019

*– Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo de Sede entre o Governo da República de Cabo Verde e a Agência de Investigação de Acidentes do Grupo do Acordo de Banjul;*

*– Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Federação da Rússia sobre a entrada simplificada de navios de guerra da Federação da Rússia no mar territorial e águas interiores da República de Cabo Verde;*

*– Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da Federação da Rússia sobre a entrada simplificada de navios de guerra da Federação da Rússia no mar territorial e águas interiores da República de Cabo Verde;*

*– Proposta de Resolução que aprova, para adesão, a Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira, concluída em Washington, em 2 de Dezembro, de 1946, bem como o Protocolo da Convenção Internacional para a Regulação da Atividade Baleeira, concluído em Washington, em 19 de Novembro, de 1956.*

*Por último, foi fixada a Acta da Sessão Solene Comemorativa do 13 de Janeiro – Dia da Liberdade e da Democracia.*

*A Reunião Plenária foi encerrada às 18 horas e 20 minutos, ficando concluída a 1ª Sessão Plenária de Março de 2019.*